

Parte II — Diplomacia da Saúde e Covid-19  
**11. Movimento dos não alinhados e G77 o sul global e a Covid-19**

Regina Ungerer

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

UNGERER, R. Movimento dos não alinhados e G77 o sul global e a Covid-19. In: BUSS, P.M., and FONSECA, L.E. eds. *Diplomacia da saúde e Covid-19: reflexões a meio caminho* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19 Fiocruz; Editora FIOCRUZ, 2020, pp. 173-184. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-029-0. <https://doi.org/10.7476/9786557080290.0012>.

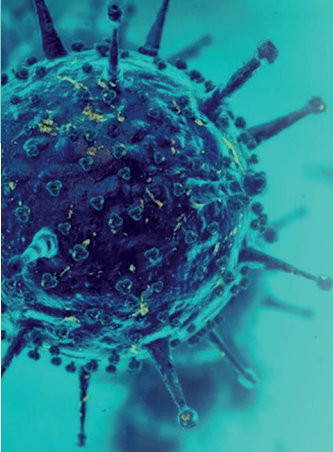
---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



## Movimento dos Não Alinhados e G77 o Sul Global e a Covid-19

*Regina Ungerer*

Neste capítulo é brevemente descrita a criação e o contexto histórico do movimento dos países não alinhados (MNA) e do Grupo dos 77 (G77) e feita uma pequena análise do modo como ambos os grupos foram concebidos, como ultrapassaram os anos da Guerra Fria e como enfrentam os desafios de hoje, no cenário mundial. O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas e o G77, a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento das Nações Unidas. Ambos os grupos estão mobilizados para enfrentar a pandemia de Covid-19.

### MOVIMENTO DOS NÃO ALINHADOS

O Movimento dos Não Alinhados (MNA) é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países ([Azerbaijani Chairmanship to the Non-Aligned Movement, 2020a](#)). A maior coligação de países depois das Nações Unidas, é composto por 120 Estados-membros de todas as partes do mundo e dele também participam 17 estados e dez organizações internacionais com *status* de observador.

O MNA foi concebido em 1961 no contexto da polarização das relações internacionais resultantes de blocos e alianças militares da Guerra Fria. Foi o resultado inevitável da luta contra o colonialismo e da necessidade dos países recém-independentes em todas as partes do mundo de proteger e fortalecer sua independência nacional e exercer sua plena soberania em questões políticas e econômicas. Em outras palavras, o MNA foi formado como uma organização de Estados que não desejavam se alinhar formalmente com os Estados Unidos da América (EUA) ou a União Soviética, as duas maiores potências à época, e buscavam permanecer independentes ou neutros.

A criação do MNA baseou-se nos princípios da **Conferência de Bandung** realizada em 1955, em que 29 países asiáticos e africanos, que não eram mais colônias europeias, e sim países independentes, se comprometeram a promover a cooperação econômica e cultural entre si e a resistir ao colonialismo ou neocolonialismo por qualquer país. A Conferência de Bandung foi o primeiro grande movimento de resistência coletiva dos países que haviam deixado de ser colônias europeias e se opunham à forma tradicional de ajuda internacional entre os países considerados desenvolvidos do Norte e os países considerados subdesenvolvidos do Sul (Acharya, 2016).

Em 1960, à luz dos resultados alcançados com a Conferência de Bandung, a criação do MNA teve um impulso importante na 15ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), durante a qual 17 novos países africanos e asiáticos independentes foram admitidos como membros. Era o início de uma mudança importante no cenário e no balanço de forças dentro da Organização das Nações Unidas (ONU) em favor dos países menos desenvolvidos. Importante destacar o papel desempenhado pelos então chefes de Estado e de governo do Egito, Gamal Abdel Nasser; de Gana, Kwame Nkrumah; da Indonésia, Ahmed Sukarno; da Iugoslávia, Josip Broz Tito, e pelo primeiro-ministro da Índia, Shri Jawaharlal Nehru, que mais tarde se tornariam os fundadores do movimento e seus líderes emblemáticos.

Com uma base geográfica ampla de países, o MNA foi fundado e realizou sua primeira conferência, a Conferência de Belgrado, entre 1 e 6 de setembro de 1961, sob a liderança dos fundadores e com a participação de 26 países: Afeganistão, Argélia, Iêmen, Mianmar, Camboja, Sri Lanka, Congo, Cuba, Chipre, Egito, Etiópia, Gana, Guiné, Índia, Indonésia, Iraque, Líbano, Mali, Marrocos, Nepal, Arábia Saudita, Somália, Sudão, Síria, Tunísia e Iugoslávia. O grupo preferiu declarar-se como um movimento, e não como uma organização, a fim de evitar as implicações burocráticas desta última.

Em um contexto mais amplo, o principal fator que contribuiu para a organização da conferência foi o impacto da descolonização e o nascimento de grande número de países africanos recém-independentes no cenário mundial na década de 1960.

O que uniu esse grupo diversificado de países foi seu compromisso coletivo de resistir às pressões das duas grandes potências para que se aliassem a uma ou outra e às ameaças nucleares. Isso significava não se envolver com alianças militares e a elas se vincular, principalmente a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), vinculada aos EUA, e o Pacto de Varsóvia, vinculado à União Soviética (Espósito, 2019).

No entanto, a Conferência de Belgrado preocupava os EUA. Apesar de o objetivo principal da conferência ter sido dar voz a um grupo de países não comprometidos com o Ocidente (EUA) ou com o Leste (União Soviética) e chamar a atenção para os

desequilíbrios econômicos e financeiros entre os países ricos e pobres, os EUA temiam que a conferência tivesse um cunho “comunista”, especialmente por ser organizada e realizada na Iugoslávia com a participação de Cuba.

Como o movimento era dominado desde o início por países africanos e asiáticos, houve uma tentativa de incluir países da América Latina na conferência. As tentativas de incluir países latino-americanos desafiavam a hegemonia americana no continente. Chamava a atenção também o relacionamento ambíguo de Cuba com o movimento dos não alinhados. Se por um lado o país era claramente visto como um sólido aliado ao bloco soviético, por outro era um exemplo heroico de um pequeno país nacionalista desafiando um vizinho gigante. Havia uma ambivalência americana entre incentivar ou desencorajar seus aliados menores de participar de um movimento que alguns viam com indiferença, mas outros com preocupação.

Porém, o domínio e a influência americana sobre a América Latina foram suficientes para impedir a participação dos países deste continente na reunião. O Brasil, numa tentativa de influenciar outros países da região, liderou uma campanha inútil para convencê-los a enviar, pelo menos, observadores. Foi uma manobra para diminuir o descontentamento americano por ver seus aliados participando de uma reunião de nações declaradamente não comprometidas com nenhuma das duas partes, quando o que se buscava era exatamente o comprometimento e aliança com um dos lados. Ao final, Bolívia, Brasil e Equador foram os únicos países da América do Sul a enviarem observadores e Cuba foi o único país da América Latina a participar dessa conferência. Brasil continua sendo um membro observador do MNA.

Na conferência foram proclamados os “Dez princípios de Bandung” que nortearam as relações entre as nações, grandes ou pequenas:

1. Respeitar os fundamentos dos direitos humanos e os objetivos e princípios das Nações Unidas.
2. Respeitar a soberania e integridade territorial de todas as nações.
3. Reconhecer a igualdade entre todas as raças e a igualdade entre todas as nações, grandes e pequenas.
4. Não interferir nos assuntos internos de outro país.
5. Respeitar o direito de toda nação de se defender, individual ou coletivamente, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.
6. Não usar pactos de defesa coletiva para beneficiar os interesses específicos de qualquer uma das grandes potências.

7. Abster-se de atos ou ameaças de agressão e uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer país.
8. Resolver todas as disputas internacionais por meios pacíficos, como negociação, conciliação, arbitragem ou acordo judicial, bem como por outros meios pacíficos de escolha das partes, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.
9. Promover interesses e cooperação mútuos.
10. Respeitar a justiça e as obrigações internacionais.

Tais princípios foram adotados posteriormente como as principais metas e objetivos da política de não alinhamento e foram essenciais até o início dos anos 90, quando terminou a Guerra Fria. Seu cumprimento se tornou o critério essencial para a participação de qualquer país no MNA. Esses critérios deixavam claro que o movimento dos não alinhados não havia sido concebido para desempenhar um papel passivo na política internacional, mas para formular suas próprias posições de maneira independente, de modo a refletir os interesses de seus membros.

O MNA continuou crescendo e, com 47 países-membros e dez observadores, organizou sua segunda conferência, realizada entre 5 e 10 de outubro de 1964 no Cairo, Egito. Essa reunião foi marcada pela discussão sobre uma nova ordem econômica que fosse mais justa.

Apesar de toda a sua doutrina antimilitar, o fato é que os países do MNA estiveram envolvidos em várias disputas na década de 1960, como a crise na Indochina, a Guerra do Vietnã, o golpe de Estado no Irã, as guerras árabe-israelenses e os conflitos na América Latina. De fato, essas tensões fizeram com que se passassem seis anos até a realização da terceira conferência do MNA. Foi a partir dessa conferência, realizada em Lusaka, Zâmbia, entre 8 e 10 de setembro de 1970, que o movimento começou realmente a tomar forma. Com 54 membros, a conferência de Lusaka ressaltava o não alinhamento e o progresso econômico. Desde então, os debates do MNA sempre tiveram um foco político e outro econômico.

A quarta conferência do MNA foi realizada em Argel, Argélia, entre 5 e 9 de setembro de 1973, e até hoje é considerada uma das mais importantes. Não só porque o movimento já havia garantido a participação de 75 países-membros plenos, inclusive Argentina e Peru, que participavam pela primeira vez, mas porque estavam presentes oito países observadores e três convidados europeus, Áustria, Finlândia e Suécia. Estavam presentes também o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o Partido Africano pela Libertação da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), a Frente de Libertação

de Moçambique (Frelimo), a Organização Popular da África Sul Ocidental (Swapo, da Namíbia) e a Organização pela Libertação da Palestina (OLP) (Bissio, 2015).

Desde o início, as ações do MNA foram fatores importantes no processo de descolonização da Ásia e África, e o movimento sempre manteve sua oposição ao *apartheid* e a não adesão a pactos militares multilaterais. Ao longo de sua história, o MNA desempenhou papel fundamental na preservação da paz e segurança mundiais, diante da complexa situação internacional que exigia lealdade a uma ou outra superpotência. Embora muitos membros do MNA estivessem, de fato, mais bem alinhados com os EUA ou a União Soviética e apesar de alguns conflitos entre seus membros, o movimento manteve uma coesão durante a Guerra Fria.

Com o fim da Guerra Fria, o MNA concentrou-se no desenvolvimento de relações multilaterais e na união entre os países de média e baixa rendas. Até hoje tenta exercer sua influência para evitar rivalidades entre nações, mantendo sua luta contra todas as suas formas e manifestações de colonialismo, neocolonialismo, racismo, ocupação e dominação estrangeira. Apesar de muitos obstáculos, continua combatendo o desarmamento e o uso da força nas relações internacionais. Busca permanentemente aderir às normas e princípios do direito internacional e tem persistido nos avanços para melhorias econômicas, justiça social e sustentabilidade ambiental.

Durante seus quase 60 anos de existência, o MNA reuniu um número crescente de países que, apesar de sua diversidade ideológica, política, econômica, social e cultural, aceitaram seus princípios fundamentais e os objetivos principais do movimento, demonstrando prontidão para realizá-los. Historicamente, os países não alinhados demonstraram a capacidade de superar suas diferenças e encontraram um terreno comum para a ação que leva à cooperação mútua e à defesa de valores compartilhados.

Hoje, os países do Movimento dos Não Alinhados são quase dois terços dos Estados-membros das Nações Unidas e representam mais da metade da população mundial. Estão particularmente concentrados nos países considerados de média e baixa rendas, embora o MNA também tenha certo número de países de alta renda.

O MNA criou um estilo administrativo único, não hierárquico, proporcionando a todos os seus membros, independentemente do seu tamanho e importância, a oportunidade de participar na tomada de decisões. Sua presidência é rotativa e seu secretariado é mantido no país que detém a presidência. Ao assumir a presidência, o país designa uma seção de seu Ministério de Relações Exteriores para lidar com as questões relacionadas ao MNA. Como os países deste fórum reúnem-se regularmente na ONU, os embaixadores das missões dos países funcionam como ministros do MNA e, em geral, assumem

uma posição comum e falam em uníssono nas reuniões e negociações. O MNA não possui uma sede oficial e não mantém um *website*.

Desde seu início, o MNA já foi presidido por 31 chefes de Estado e já realizou 18 cúpulas de chefes de Estado. A última foi realizada em outubro de 2019 em Baku, capital do Azerbaijão, com o tema “Defendendo os princípios de Bandung para garantir uma resposta adequada aos desafios do mundo contemporâneo”. De 2019 a 2022, o secretariado estará a cargo do governo do Azerbaijão ([Azerbaijani Chairmanship to the Non-Aligned Movement, 2020b](#)).

Com o crescimento da pandemia do Covid-19 em todas as partes do mundo, os países do MNA se reuniram no dia 25 de março de 2020 para abordar a luta global para combatê-la e discutir o papel que poderiam assumir no tratamento e na mitigação dos resultados causados por esta doença, tanto em seus países como em outros. O informe sobre essa reunião encontra-se em <<https://namazerbaijan.org/pdf/acdoc4.pdf>> (Azerbaijani Chairmanship to the Non-Aligned Movement, 2020c).

Em 4 de maio de 2020, os chefes de Estado e de governo membros do MNA realizaram uma segunda reunião virtual sobre a Covid-19, intitulada “Unidos contra a pandemia de Covid-19”, com o objetivo de contribuir efetivamente para os esforços globais de combate aos efeitos da pandemia. Nessa reunião decidiram estabelecer uma força-tarefa dos países do MNA para elaborar um banco de dados contendo as necessidades e requisitos médicos e humanitários de seus Estados-membros para serem submetidos pela presidência do MNA a todos os países doadores, organizações humanitárias internacionais, instituições financeiras internacionais, entidades privadas transnacionais que executam projetos de responsabilidade social e outras, para possível apoio e assistência. O informe dessa reunião encontra-se em <<https://namazerbaijan.org/pdf/acdoc9.pdf>> (Azerbaijani Chairmanship to the Non-Aligned Movement, 2020d).

## GRUPO DOS 77

Na década de 1960, grande número de novos países recém-ingressados nas Nações Unidas passou a expressar seu descontentamento com o sistema econômico internacional vigente. Um marco importante desse período foi a declaração feita pelos países em desenvolvimento na 18ª Sessão da AGNU, em Nova York, em novembro de 1963. Nessa declaração esses países ressaltaram a necessidade de uma nova política internacional de comércio e desenvolvimento, com condições para expandir o comércio entre nações com graus de desenvolvimento semelhantes, redução de barreiras que impediam as exportações de suas matérias-primas para os países industrializados e estabilização dos preços em níveis mais justos.

A declaração destacava ainda que os países em desenvolvimento buscavam relações econômicas internacionais mais estáveis para que pudessem encontrar seus próprios recursos necessários ao crescimento autossustentável.

Nesse novo quadro mundial, e com as tensões da Guerra Fria, a década entre 1960 e 1970 foi declarada a Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Previa-se um crescimento econômico de 5% ao ano para os países em desenvolvimento, o que não se concretizou.

Havia uma grande lista de questões que apontavam para a necessidade de fomentar ampla cooperação internacional para que os países menos desenvolvidos pudessem alcançar segurança econômica coletiva em relação aos países desenvolvidos. Este seria um dos instrumentos necessários para a manutenção da paz mundial.

Nesse cenário aconteceu a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (**Unctad**). Realizada de 23 de março a 16 de junho de 1964 em Genebra, Suíça, essa conferência seria o fórum no qual os países em desenvolvimento poderiam discutir os problemas relacionados ao seu desenvolvimento econômico.

Algumas semanas antes da primeira reunião da Unctad, o secretariado da conferência se reuniu em Nova York, sob a liderança do economista argentino Raul Prebisch, seu secretário-geral. Prebisch era de opinião que, embora o mercado fosse útil como alocador de recursos, não ajudava os países menos desenvolvidos que precisavam de benefícios e tratamento especial para poderem funcionar de maneira eficaz. Referindo-se aos países latino-americanos, ele aconselhou o grupo a se juntar aos países africanos e asiáticos em um único bloco.

Nesse contexto, surgiu uma ampla coalizão conhecida como Grupo dos 77 (G77) (**The Group of 77 at the United Nations, 2020a**), criado em 15 de junho de 1964 por 77 países do movimento dos não alinhados que assinaram a “Declaração conjunta dos setenta e sete países em desenvolvimento”, emitida ao final da primeira sessão da Unctad. Originalmente, o grupo reunia 75 países. No entanto, o Japão, que se encontrava a meio caminho entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, e a Nova Zelândia assinaram a declaração conjunta que deu origem ao G77.

De 10 a 25 de outubro de 1967 realizou-se em Argel, Argélia, a primeira reunião do G77, que adotou a “Carta de Argel” e uma estrutura institucional permanente, que foi gradualmente desenvolvida e levou à criação de capítulos do Grupo dos 77 com escritórios de ligação em:



1. Genebra (Unctad, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento);
2. Nairóbi (Pnuma, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente);
3. Paris (Unesco, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura);
4. Roma (FAO/Ifad, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação/ Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura);
5. Viena (Unido, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial);
6. Grupo dos 24 (G-24) em Washington, DC (FMI e Banco Mundial).

Atualmente o G77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. A missão do G77 é permitir que os países do Sul se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e assim aumentem sua capacidade de negociação conjunta internacional dentro do sistema das Nações Unidas. Em outras palavras, o G77 busca uma nova ordem econômica internacional (*New International Economic Order*, Nied). Um sistema que lhes permita ter controle real sobre seus recursos naturais, fora do neocolonialismo.

O G77 é composto por todos os membros das Nações Unidas, com exceção dos membros do Conselho da Europa (exceto a Bósnia e Herzegovina), todos os membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (exceto o Chile) e todos os membros da Commonwealth de Estados independentes.

O G77 se tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. É importante ressaltar que a China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G77 + China.

O G77 tem uma presidência que atua como o mais alto órgão político dentro de sua estrutura organizacional. O presidente atua como seu porta-voz e coordena a ação do grupo em cada capítulo. Seu mandato é alternado anual e regionalmente entre África, Ásia-Pacífico e América Latina e Caribe. A República Cooperativa da Guiana ocupa a presidência do Grupo dos 77, em Nova York, no ano de 2020.

A Cúpula do Sul é o órgão supremo de tomada de decisões do G77. A 1ª e a 2ª cúpulas do Sul foram realizadas em Havana, Cuba, de 10 a 14 de abril de 2000, e em Doha, Catar, de 12 a 16 de junho de 2005, respectivamente ([The Group of 77 at the United Nations, 2020b](#)).

Com a pandemia do Covid-19, o G77 + China manifestaram sua preocupação com a propagação do vírus e com o modo como a pandemia afetou as vidas e os meios de

subsistência de muitas pessoas, além de ter enfraquecido economias e desafiado os sistemas de saúde de muitos países.

Em declaração às Nações Unidas em julho de 2020, o G77 e a China estimaram que a maioria dos países em desenvolvimento deverá perder ao redor de 800 bilhões de dólares devido à contração das exportações. E que a diminuição do setor de turismo deverá ser em torno de 20% a 30%, resultando em uma queda no Produto Interno Bruto (PIB) dos países de até 16%. Projeta-se também que o montante total dos pagamentos da dívida dos países com vencimento em 2020 será de US\$ 1,62 trilhão e US\$ 1,08 trilhão em 2021, dos quais US\$ 562 bilhões são devidos por governos de países de baixa e média renda ([The Group of 77 at the United Nations, 2020c](#)). A recessão econômica que o mundo está enfrentando tem o potencial de reverter os ganhos de desenvolvimento alcançados nas últimas décadas e exacerbar as desigualdades e vulnerabilidades existentes.

Acreditando em um consenso global para resolver os problemas da dívida externa dos países em desenvolvimento, o G77 elogiou a iniciativa do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial de suspender os pagamentos da dívida dos países de renda mais baixa, para 2020, dentro da Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA). O impacto da dívida enfrentada por muitos países de média e baixa rendas, pelos países mais vulneráveis e por aqueles que enfrentam desafios específicos compromete severamente sua capacidade de suportar o impacto da Covid-19 e investir na implementação da Agenda 2030.

Portanto, o G77 espera que o FMI possa dispor de ferramentas de empréstimo de emergência, acelerar o suporte técnico e aumentar sua capacidade total de empréstimo para responder aos países que solicitarem fundos de emergência a fim de salvar vidas, sustentar a atividade econômica, proteger empregos e aliviar as restrições de liquidez. Insta o Banco Mundial, o FMI, os bancos multilaterais e regionais de desenvolvimento, os credores bilaterais e outros credores comerciais e privados a oferecer alívio imediato e substancial da dívida, bem a como providenciar outras medidas de apoio aos países em desenvolvimento, para ajudá-los a gerenciar a crise provocada pela pandemia da Covid-19. O G77 também solicitou aos países doadores que cumpram seus compromissos com a agenda para o desenvolvimento e aumentem seus esforços para alcançar o que foi acordado na Agenda de Ação de Adis Abeba sobre Financiamento para o Desenvolvimento.

## DIFERENÇAS ENTRE O MNA E O G77

Alguns analistas do dito Norte Global consideram o MNA e o G77 como organizações controversas, cujas razões de ser, atualmente, poderiam ser postas em dúvida, pois trazem à tona as marcadas divisões Norte-Sul das décadas de 1960 e 1970.

Pode-se entender que as mudanças globais de hoje geram uma estrutura mundial mais complexa, caracterizada pelo regionalismo e pela ascensão de algumas nações ou bloco de nações em desenvolvimento que poderiam se sobrepor os objetivos dessas organizações. Da mesma forma, instituições como o Banco do Sul e o Banco de Desenvolvimento do Brics esperam ser alternativas mais reais ao FMI.

Braveboy-Wagner (2014) ressalta que apenas a menção de G77 e MNA tende a provocar uma reação negativa de alguns estudiosos que não fazem parte do Sul Global e, certamente, alguns analistas do Norte gostariam de ver a desintegração desses grupos. Os países do Norte sempre foram arredios a essas instituições. A União Europeia assumiu a estratégia de colaborar com os países do Sul em uma base regional, mais gerenciável, ao passo que os EUA são mais adeptos dos acordos bilaterais.

O chanceler brasileiro Celso Amorim, em seu livro *Breves Narrativas Diplomáticas*, considera que, hoje em dia, o MNA tem menor relevância. Outros organismos, fóruns e grupos internacionais de cunho econômico tais como o Grupo dos Vinte (G20), o Ibas (Índia, Brasil, África do Sul) e o Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) teriam mais visibilidade no cenário mundial (Amorim, 2013).

No entanto, o MNA e o G77 existem e ainda são relevantes devido a sua identidade coletiva comum. É preciso, no entanto, reforçar seus objetivos e aperfeiçoar sua inserção em meio às mudanças mundiais que vêm proporcionando estruturas mais estratificadas entre os próprios países em desenvolvimento.

Em termos de estrutura global, o G77, mais do que o MNA, teve que se adaptar ao contexto de Sul Global mais estratificado. Os programas da Unctad há muito tempo têm prestado atenção especial aos países menos desenvolvidos, aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e aos Estados sem acesso ao mar, todos com problemas de desenvolvimento específicos e únicos. Hoje, países do Sul Global incluem membros que adquiriram alto desenvolvimento econômico e humano e foram incorporados aos grupos de países desenvolvidos, mas cuja vulnerabilidade ainda os torna membros valiosos do G77 (Braveboy-Wagner, 2014).

Dessa forma, a existência e a persistência do G77 e do MNA estão de acordo com a visão de que as organizações tendem a se adaptar e encontrar novos papéis, em vez de

morrer de obsolescência. E não se deve esquecer que o MNA e o G77 são plataformas para os países em desenvolvimento manifestarem suas preocupações e cooperarem em questões de interesse mútuo.

\* \* \*

Em um momento de incerteza global devida à pandemia de Covid-19, os países não alinhados e o Grupo dos 77 vêm expressando sua preocupação com os impactos imediatos e de longo prazo nos países de média e baixa rendas, esperando que as instituições e parceiros doadores não meçam esforços para ajudar os governos de tais países a implementarem medidas de combate à propagação da doença.

## REFERÊNCIAS

ACHARYA, A. Studying the Bandung conference from a Global IR perspective. *Australian Journal of International Affairs*, 70(4): 342-357, 2016. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10357718.2016.1168359>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

AMORIM, C. *Breves Narrativas Diplomáticas*. São Paulo: Benvirá, 2013.

AZERBAIJANI CHAIRMANSHIP TO THE NON-ALIGNED MOVEMENT. History of NAM. Disponível em: <<https://www.namazerbaijan.org/news/3>>. Acesso em: 18 set. 2020a.

AZERBAIJANI CHAIRMANSHIP TO THE NON-ALIGNED MOVEMENT. NAM member countries. Disponível em: <<https://namazerbaijan.org/pdf/Members-and-observers.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2020b.

AZERBAIJANI CHAIRMANSHIP TO THE NON-ALIGNED MOVEMENT. Communique of the Coordinating Bureau of the Nonaligned Movement (NAM) on the Covid-19 Pandemic. Disponível em: <<https://namazerbaijan.org/pdf/acdoc4.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2020c.

AZERBAIJANI CHAIRMANSHIP TO THE NON-ALIGNED MOVEMENT. Online Summit-level Meeting of the Non-Aligned Movement Contact Group in response to Covid-19. Disponível em: <<https://namazerbaijan.org/pdf/acdoc9.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2020d.

BISSIO, B. Bandung, não alinhados e mídia: o papel da revista *Cadernos do Terceiro Mundo* no diálogo Sul-Sul. *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, 4(8): 21-42, 2015. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/austral/article/view/59957>>. Acesso em: 5 ago. 2020.

BRAVEBOY-WAGNER, J. A. The NAM and the G77: the unexpected persistence of tricontinental multilateralism. In: UACES, Sept. 1-3, 2014, Cork. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/329440464\\_The\\_NAM\\_and\\_the\\_G77\\_The\\_Unexpected\\_Persistence\\_of\\_Tricontinental\\_Multilateralism](https://www.researchgate.net/publication/329440464_The_NAM_and_the_G77_The_Unexpected_Persistence_of_Tricontinental_Multilateralism)>. Acesso em: 9 jul. 2020.

ESPÓSITO, F. A. "Não Comprometidos": o movimento dos países não alinhados nas páginas do jornal *O Estado de São Paulo em 1961*, 2019. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22208>>. Acesso em: 5 ago. 2020.

OFFICE OF THE HISTORIAN. Bandung Conference (Asian-African Conference), 1955. Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1953-1960/bandung-conf>>. Acesso em: 18 set. 2020.

THE GROUP OF 77 AT THE UNITED NATIONS. [G77 executive secretariat mourns passing of staff member](https://www.g77.org/). Disponível em: <<https://www.g77.org/>>. Acesso em: 18 set. 2020a.

THE GROUP OF 77 AT THE UNITED NATIONS. The member states of the Group of G77. Disponível em: <<https://www.g77.org/doc/members.html>>. Acesso em: 18 set. 2020b.

THE GROUP OF 77 AT THE UNITED NATIONS. Statement by the Group of 77 and China on Covid-19 pandemic and debt (New York, 22 July 2020). Disponível em: <<https://www.g77.org/statement/getstatement.php?id=200722>>. Acesso em: 18 set. 2020c.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *Site*. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>>. Acesso em: 18 set. 2020.